

Os valores constantes nas notas explicativas às demonstrações contábeis descritas abaixo estão apresentados em Real (R\$), com centavos omitidos, conforme Demonstrações Contábeis devidamente publicadas em jornal e divulgadas no sistema IPE.

MINASMÁQUINAS S/A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(EM REAIS)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL:

MINASMÁQUINAS S/A é uma Companhia Aberta, concessionária Mercedes-Benz do Brasil Ltda, com sede na cidade de Contagem, em Minas Gerais, tendo como atividade operacional a comercialização de veículos, peças e serviços Mercedes-Benz e pneus da marca Michelin. A Companhia conta ainda com filial nas cidades de Belo Horizonte e Divinópolis, em Minas Gerais.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), assim de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis adotam o Real (R\$) como moeda funcional e de apresentação, sendo demonstradas em Real (R\$), com centavos omitidos, e foram preparadas baseadas no custo histórico de cada transação, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

- a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

b) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real e, recolhidos mensalmente sobre bases de cálculo estimadas, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

São classificados nesta rubrica os valores em caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata, sem risco de mudança significativa do valor. Os valores que compõem “caixa e equivalentes de caixa” fazem parte da categoria “valor justo por meio de resultado”.

d) Contas a receber de clientes e provisão para perdas em créditos

Os valores a receber de clientes são registrados pelo valor nominal, deduzidos da provisão para perdas em créditos.

e) Estoques

Os estoques de peças e acessórios estão avaliados ao custo médio de aquisição, e os veículos ao custo de aquisição, inferiores ao valor líquido realizável.

f) Ativos Circulante e Não Circulante

Circulante e Não Circulante: estão apresentados ao valor de realização.

g) Investimento em empresa coligada

O investimento em empresa coligada está avaliado pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente, conforme demonstrado em Nota Explicativa de nº 8.

h) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas, as quais são calculadas pelo método linear com base na vida útil dos bens e de acordo com as taxas descritas na Nota Explicativa de nº 9.

i) Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente. Após análise, a Companhia verificou não haver evidências que justificassem a necessidade de provisão de redução ao valor recuperável em 31/12/2018.

j) Ativo Intangível com vida útil indefinida

O ativo intangível com vida útil indefinida mantido pela Companhia refere-se ao direito de comercialização de suas mercadorias e prestação de serviços na área operacional da cidade de Divinópolis, estado de Minas Gerais e não possui prazo definido, não sendo, portanto, amortizado. Anualmente é testada em relação a perdas por redução ao valor recuperável e revisado a classificação de vida útil indefinida.

k) Passivos Circulante e Não Circulante

Circulante e Não Circulante: demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações incorridas até a data do balanço.

l) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia classifica os derivativos em “financeiros” ou “operacionais”. Os “financeiros” são derivativos do tipo “swap”, contratados para proteger o risco cambial dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira. Os “operacionais” são derivativos contratados para proteger o risco cambial dos fluxos de caixa operacionais do negócio.

O instrumento financeiro derivativo contratado pela Companhia foi classificado como “financeiro”. Não há instrumento financeiro derivativo classificado como “operacional”.

Para o instrumento financeiro derivativo mantido pela Companhia em 31 de dezembro de 2018, devido ao fato de os contratos serem efetuados diretamente com instituições financeiras e não por meio da B3, não há margens depositadas como garantia das referidas operações.

m) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia para a contabilização de valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Incertezas sobre premissas e estimativas:

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultado em um ajuste material no exercício subsequente estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 5 – Contas a receber / clientes: reconhecimento e mensuração de provisão para perdas em crédito.

Nota 9 – Imobilizado: definição da vida útil.

Nota 11 – Intangível: definição de que não possui prazo definido.

Nota 31 – Contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

n) Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

A Companhia adotou inicialmente em 01 de janeiro de 2018 os pronunciamentos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente; o CPC 48 – Instrumentos Financeiros e as alterações do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, sem efeito material nas demonstrações contábeis para o CPC 47 e CPC 10 e com alterações na apresentação dos instrumentos financeiros (CPC 48).

o) Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

(i) Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil, que substitui o CPC 06 (R1) (IAS 17) – Operações de arrendamento mercantil, elimina a distinção entre arrendamentos operacionais e

arrendamentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019. Além disso a norma exige o reconhecimento de um ativo (o direito de usar o item arrendado) e um passivo financeiro relativo aos aluguéis futuros descontados a valor presente para praticamente todos os contratos de arrendamento.

Despesas com arrendamento operacional são substituídas por despesas de depreciação relacionadas ao direito de uso e despesas de juros relacionadas ao passivo de arrendamento. Anteriormente, a Companhia reconhecia principalmente despesas de arrendamento operacional pelo método linear pelo prazo ao arrendamento e reconhecia os ativos e os passivos somente a medida em que houvessem uma diferença de tempo entre os pagamentos reais do arrendamento e o período de competência da despesa de aluguel. Assim, indicadores de desempenho como EBTIDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) e, em menor medida, o resultado operacional serão positivamente impactados; inversamente, o resultado financeiro será afetado negativamente.

Por fim, o lucro líquido também será afetado, pois a despesa total de arrendamento (despesa de depreciação somada despesa financeira) é geralmente maior no início do contrato e diminui ao longo do tempo, ao contrário de um encargo linear sob o padrão atual. Adicionalmente, o caixa líquido das atividades operacionais será maior, uma vez que os pagamentos em dinheiro pela parte principal do passivo de arrendamento e os juros relacionados serão classificados como fluxos de caixa das atividades de financiamento. A Companhia decidiu adotar a abordagem prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia optou em aplicar as duas isenções de reconhecimento propostas pela norma nos seguintes contratos: (i) locações de bens de curto prazo; e (ii) arrendamentos de propriedade relacionados a ativos de baixo valor.

Aluguéis não incluídos na avaliação inicial do passivo (por exemplo, aluguéis variáveis) são classificados como despesas operacionais,

assim como os encargos relacionados a arrendamentos de curto prazo e de baixo valor.

O prazo de arrendamento será o período legalmente aplicável do contrato e levará em conta as opções de rescisão e renovação por vias judiciais, cujo uso pela Companhia é razoavelmente certo.

Os fluxos de pagamentos de aluguéis são ajustados a valor presente, considerando o prazo remanescente de cada contrato, e aplicado taxa de desconto que corresponde às cotações de mercado, referência em % Certificado de Depósito Bancário ("CDI") acumulado, líquido de garantias, nas datas iniciais de cada um dos contratos de arrendamento.

A Companhia detém 02 contratos de compromissos de arrendamento mercantil operacional em 31 de dezembro de 2018 e estima que a maior parte destes compromissos se referem a pagamentos de arrendamento de longo prazo. Os contratos de arrendamentos e seus respectivos fluxos de pagamentos, taxas incrementais e referidos aditivos encontram-se cadastrados em sistema de controles internos da Companhia e estão em fase de testes.

Não haverá impacto tributário pela alteração da contabilização dos contratos de aluguel (arrendamento mercantil), face a legislação em vigor prever a dedutibilidade para fins de apuração do IRPJ e CSLL e créditos de PIS e COFINS com base nas contraprestações pagas durante a vigência do contrato.

- p) CPC 48: Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa
- De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente" pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto (critério de SSPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e

independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entram em vigor em 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Estas alterações não impactam as demonstrações contábeis da Companhia.

q) Alterações ao CPC 33 (R1): Alterações, reduções ou liquidação de planos
As alterações ao CPC 33 (R1) abordam a contabilização quando de alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período-base. As alterações aplicam-se a alterações, reduções ou liquidações ocorridas a partir do início do primeiro período anual, com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Estas alterações não impactam as demonstrações contábeis da Companhia.

r) Alterações no CPC 18 (R2): Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto
As alterações esclarecem que a entidade deve aplicar o CPC 48 a investimentos de longo prazo em uma coligada ou joint venture para a qual o método de equivalência patrimonial não se aplique, mas que, em substância, faça parte do investimento líquido na coligada ou joint venture (investimento de longo prazo). As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. As alterações não terão impacto sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

s) Interpretação IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda
A interpretação (equivalente ao ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do IAS 12 (CPC 32).

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor. A Companhia ainda estuda os impactos da adoção da nova norma.

- t) Alterações na IFRS 10 e na IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto
- Até a data de publicação das demonstrações contábeis da Companhia, esta revisão ainda não havia sido concluída pelo CPC, havendo sua publicação somente para IFRS. As alterações abordam o conflito entre IFRS 10 e IAS 28 no tratamento da perda de controle sobre uma controlada que é vendida ou contribuída para uma coligada ou joint venture. A Companhia aplicará estas alterações quando elas entrarem em vigor.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

Os valores de R\$ 60.962.528 em 2018 e R\$ 60.163.516 em 2017 referem-se a valores de caixa e equivalentes de caixa e, estão assim distribuídos:

	2018	2017
Caixa	28.993	25.054
Bancos conta movimento	8.687	4.804
Aplicações Financeiras (*)	60.924.848	60.133.658
TOTAL	60.962.528	60.163.516

As aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas e CDB – Certificado de Depósito Bancário, remuneradas às taxas de mercado na modalidade CDI – Certificado de Depósito Interbancário, sem o risco de mudança significativa do valor e possui liquidez imediata.

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER / CLIENTES:

	2018	2017
Clientes Nacionais	37.851.149	32.475.374
(-) Provisão para perdas em crédito	(825.809)	-
	<u>37.025.340</u>	<u>32.475.374</u>

Composição de contas a receber por vencimento:

	2018	2017
A vencer	33.463.561	27.559.529
Vencidas até 30 dias	3.418.542	3.182.264
Vencidas de 31 a 60 dias	250.783	209.409
Vencidas de 61 a 90 dias	101.628	147.050
Vencidas acima de 91 dias	616.635	1.377.122
	<u>37.851.149</u>	<u>32.475.374</u>

A provisão para perdas em crédito foi constituída com base na análise da carteira de clientes, em valor considerado suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

NOTA 6 – CONTA CORRENTE / FUNDO MERCEDES-BENZ – ATIVO:

Os valores de R\$ 39.973.187 em 31/12/2018 e R\$ 28.917.175 em 31/12/2017, registrados no Ativo na rubrica “Conta Corrente / Fundo – Mercedes-Benz” referem-se a um direito da Companhia representado através de uma conta corrente / fundo, vinculada a um banco designado pela Fábrica Mercedes-Benz para questões de operacionalidade, cujo saldo aplicado serve de limite como garantia na aquisição de mercadorias, na eventualidade da Cia não quitar seus compromissos junto à Mercedes-Benz do Brasil Ltda.

O valor constituído nesta conta é rentabilizado a uma taxa que gira em torno de 90% do CDI. A existência e utilização deste fundo pelas Concessionárias da marca Mercedes-Benz é uma prerrogativa do Fabricante para garantir a sustentação financeira da rede de Concessionárias no que diz respeito as operações negociadas e, diretamente ligadas ao Fabricante.

O Fundo é constituído com os depósitos referentes as bonificações obtidas nos cumprimentos de objetivos e metas acordados com o Fabricante. Mensalmente, com base na expectativa de compras de mercadorias, é projetado o saldo necessário à manutenção do Fundo, caso o valor projetado seja inferior ao saldo constante no Fundo, o excesso é transferido para a conta corrente da Concessionária, equalizando, dessa forma, o saldo ao limite suficiente para compras a serem efetuadas junto ao Fabricante Mercedes-Benz. A manutenção do Fundo é uma obrigação contratual e, é administrada pela Mercedes-Benz do Brasil Ltda.

A Companhia informa que não há risco nas operações efetuadas junto a conta sob a rubrica “Conta Corrente/Fundo – Mercedes-Benz”, classificada no Ativo, sendo que, no caso de uma eventual necessidade de encerramento da conta, os haveres serão apurados com as devidas correções e devolvidos à Concessionária.

NOTA 7 – ESTOQUES:

Estoque por segmento:	2018	2017
Veículos Novos	15.718.568	9.688.294
Veículos Usados	1.434.024	509.842
Peças	13.559.777	13.252.609
Pneus	1.076.780	1.923.271
TOTAL	31.789.149	25.374.016

NOTA 8 – INVESTIMENTOS EM EMPRESA COLIGADA:

COLIGADA:

Empresa: Juiz de Fora Diesel Ltda

Capital Social	R\$ 12.225.329
Patrimônio Líquido Ajustado	R\$ 14.855.436
% de Participação	16,98%
Quantidade de Cotas	2.075.343
Equivalência Patrimonial	R\$ 2.522.452
Investimentos	R\$ 2.263.680
Resultado Positivo da Equivalência Patrimonial	R\$ 258.772

O valor do ativo, passivo e resultado em 31 de dezembro de 2018 são:

Ativo / Passivo	R\$ 22.366.182
Resultado do Exercício	R\$ 1.523.985

A partir de 28/06/2018 a coligada Juiz de Fora Diesel Ltda alterou sua razão social para Minas Máquinas JF Ltda, sendo que demais informações cadastrais, tais como: CNPJ; Inscrição Estadual; Inscrição Municipal e Endereço, continuam inalteradas.

NOTA 9 – IMOBILIZADO:

Após avaliação a Companhia concluiu que com relação a vida útil econômica dos ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2.018, não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem consideradas.

Valor Custo:	Taxa de Depreciação	Saldo em 2016	Adições	Baixas	Saldo em 2017
Terrenos	-	5.334.235	-	-	5.334.235
Edifícios	4%	2.219.208	128.393	-	2.347.601
Móveis e Utensílios	10%	1.561.099	62.585	(890)	1.622.794
Instalações	10%	1.045.237	183.358	-	1.228.595
Veículos	20%	4.464.305	1.542.747	(929.109)	5.077.943
Máquinas e Ferramentas	10%	1.611.188	29.056	-	1.640.244
Equip.de Informática	20%	1.717.559	637.495	(3.256)	2.351.798
Imob.em Andamento	-	81.870	588.458	-	670.328
TOTAL CUSTO		18.034.701	3.172.092	(933.255)	20.273.538
Valor Depreciação:					
Terrenos		-	-	-	-
Edifícios		(1.565.694)	(28.621)	-	(1.594.315)
Móveis e Utensílios		(1.314.751)	(56.993)	865	(1.370.879)
Instalações		(633.834)	(82.562)	-	(716.396)
Veículos		(3.013.265)	(511.629)	568.345	(2.956.549)
Máquinas e Ferramentas		(1.289.510)	(67.542)	-	(1.357.052)
Equip.de Informática		(1.388.130)	(176.744)	3.257	(1.561.617)
Imob.em Andamento		-	-	-	-
TOTAL DEPRECIACÃO		(9.205.184)	(924.091)	572.467	(9.556.808)
TOTAL GERAL		8.829.517	2.248.001	(360.788)	10.716.730

Valor Custo:	Taxa de Depreciação	Saldo em 2017	Adições	Baixas	Saldo em 2018
Terrenos	-	5.334.235	-	-	5.334.235
Edifícios	4%	2.347.601	1.570.743	-	3.918.344
Móveis e Utensílios	10%	1.622.794	155.793	(2.237)	1.776.350
Instalações	10%	1.228.595	464.602	-	1.693.197
Veículos	20%	5.077.943	154.090	(567.327)	4.664.706
Máquinas e Ferramentas	10%	1.640.244	105.591	-	1.745.835
Equip.de Informática	20%	2.351.798	709.077	-	3.060.875
Imob.em Andamento (a)	-	670.328	8.281.667	-	8.951.995
TOTAL CUSTO		20.273.538	11.441.563	(569.564)	31.145.537
Valor Depreciação:					
Terrenos		-	-	-	-
Edifícios		(1.594.315)	(54.674)	-	(1.648.989)
Móveis e Utensílios		(1.370.879)	(64.155)	2.237	(1.432.797)
Instalações		(716.396)	(121.804)	-	(838.200)
Veículos		(2.956.549)	(602.632)	502.779	(3.056.402)
Máquinas e Ferramentas		(1.357.050)	(72.763)	-	(1.429.813)
Equip.de Informática		(1.561.619)	(257.094)	-	(1.818.713)
Imob.em Andamento		-	-	-	-
TOTAL DEPRECIACÃO		(9.556.808)	(1.173.122)	505.016	(10.224.914)
TOTAL GERAL		10.716.730	10.268.441	(64.548)	20.920.623

- a) Imobilizado em andamento refere-se basicamente a gastos incorridos na construção de uma filial em Nova Lima – MG.

NOTA 10 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL:

O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor de uso, sendo que um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como sendo a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. O ativo imobilizado, intangível, contas a receber / clientes e outros, têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente. Após análise, a Companhia verificou não haver evidências que justificassem a necessidade de provisão de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2018, exceto para o contas a receber.

NOTA 11 – INTANGÍVEL:

Conforme comunicado de fato relevante em 22/04/2009 e 28/04/2009, respectivamente, a Companhia adquiriu o direito de comercialização de suas mercadorias e prestação de serviços na área operacional da cidade de Divinópolis – MG. Dessa forma, o valor de R\$ 6.183.671, classificado na rubrica “Intangível”, representa a quantificação em valor, do direito ora adquirido. Ressaltamos que tal direito não possui prazo definido, sendo testada anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável. Após análise, a Companhia verificou não haver evidências que justificassem a necessidade de provisão de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2018.

NOTA 12 – ATIVOS SEGURADOS:

A cobertura de seguros contra incêndios e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para os estoques de mercadorias foi efetuada por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

NOTA 13 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

O valor contábil dos instrumentos financeiros constantes das demonstrações da Companhia encerradas em 31/12/2018, tais como caixa e equivalentes de caixa; contas a receber; fornecedores e contas a pagar, por serem itens de curto prazo, e já estarem avaliados ao seu valor justo, não representam valores de mercado diferentes dos reconhecidos nas demonstrações contábeis apresentadas.

31 de dezembro de 2018			
Ativo financeiro	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado abrangente
Caixa	-	28.993	-
Bancos conta movimento	-	8.687	-
Aplicações financeiras (*)	-	60.924.848	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	-	60.962.528	-
Fundo - MB	-	39.973.187	-
Contas a receber / Clientes	37.025.340	-	-

(*) Representam aplicações compromissadas e CDB – Certificado de Depósito Bancário, remunerada às taxas de mercado na modalidade CDI – Certificado de Depósito Interbancário, sem o risco de mudança significativa do valor e possui liquidez imediata.

31 de dezembro de 2018			
Passivo Financeiro	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado abrangente
Fornecedores	53.549.837	-	-
Contas a pagar	2.363.973	-	-
Empréstimos	-	9.526.781	-

NOTA 14 – FORNECEDORES:

	2018	2017
Fornecedores Nacionais	53.549.837	41.813.715

Composição de fornecedores por vencimento:

	2018	2017
A vencer	53.167.746	41.450.805
Vencidas até 30 dias	18.621	-
Vencidas de 31 a 60 dias	971	-
Vencidas de 61 a 90 dias	-	-
Vencidas acima de 91 dias	362.499	362.910
	<u>53.549.837</u>	<u>41.813.715</u>

NOTA 15 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:

O contrato em aberto de “swap” possui vencimento em julho de 2022 e foi celebrado com contrapartes representadas pelo Banco Itaú S/A – Nassau Branch. Em 31 de dezembro de 2018, os sados de derivativos “financeiros” estão assim compostos:

Descrição	Valor principal		Valor justo		Efeito acumulado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	Valor a receber/ (recebido)	Valor a pagar / (pago)
Contratos de swap (a)						
Ponta ativa:						
Posição comprada dólar	9.375.000	-	9.940.257	-	565.257	-
Ponta passiva:						
Posição vendida CDI + 1,75%	9.375.000	-	9.960.435	-	-	585.435
Total instrumentos financeiro, líquido	-	-	(20.178)	-	565.257	585.435
(a) As operações de “swap” financeiros consistem na troca do custo de taxa de juros linear e da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI pós-fixado mais o percentual fixo de 1,75% ao ano.						

O valor principal representa os valores dos derivativos contratados. O valor justo refere-se ao valor reconhecido no balanço dos derivativos contratados, ainda em aberto nas datas dos balanços.

Os empréstimos estão assim demonstrados:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimo operação swap (a)	9.526.781	-
Total	9.526.781	-
Circulante	2.651.780	
Não circulante	6.875.001	
(a) Operação de “swap”, onde a Companhia trocou o custo de taxa de juros linear e a variação da moeda estrangeira (dolar americano) pela variação do CDI pós-fixado acrescido de 1,75% ao ano.		

A movimentação dos empréstimos é a seguinte:

Descrição	31/12/2018
Saldo inicial	-
Captações	10.000.000
Juros	256.234
Marcação a mercado swap	20.178
Pagamento de principal	(625.000)
Pagamento de juros	(124.631)
Saldo final	9.526.781

Em garantia aos financiamentos foram oferecidos quotas do fundo de investimento BBA CP ACTIVE FIX 5, gerido / administrado pelo Itaú Unibanco S/A e fundo de investimento ITAU CORP DIF FICFI, gerido / administrado pelo Itaú Unibanco S/A. Garantia esta constituída através de instrumentos de cessão fiduciária, sendo o valor garantidor mínimo exigido igual a 100% do saldo devedor do empréstimo.

Os vencimentos se darão trimestralmente, com o primeiro vencimento ocorrido em outubro de 2018.

O saldo de empréstimo possui a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimentos:	31/12/2018
2019	2.540.475
2020	2.540.475
2021	2.540.475
2022	1.905.356
	9.526.781

Cláusulas restritivas contratuais (“*covenants*”):

Além dos casos previstos em lei, poderá ser considerado automática e antecipadamente vencido pelo Itaú, acarretando a imediata exigibilidade de todas as obrigações decorrentes das operações, procedendo-se assim, vencimento antecipado, as seguintes hipóteses:

- (a) deixar de cumprir qualquer obrigação;
- (b) contestar a validade e/ou deixar de cumprir qualquer obrigação;
- (c) sofrer protesto por título de dívida líquida;
- (d) tornar insolvente; requerer ou tiver requerida sua falência, sequestro ou penhora de bens; propuser plano de recuperação extrajudicial;
- (e) mudança no estado econômico-financeiro que cause ou possa causar, qualquer prejuízo para a capacidade de adimplemento das obrigações;
- (f) se houver qualquer alteração ou modificação da composição do capital social;

- (g) se for apurada a falsidade de quaisquer declarações, informações ou documentos que tenham sido, respectivamente, firmados, prestados ou entregues;
- (h) se a cliente ou os intervenientes garantidores inadimplir(em) com suas obrigações;
- (i) se forem propostas uma ou mais ações de cobrança e/ou de execução.

As cláusulas de liquidação antecipada foram integralmente cumpridas para o período findo em 31 de dezembro de 2018.

NOTA 16 – CAPITAL SOCIAL, DIVIDENDOS E RESERVAS:

a) CAPITAL SOCIAL:

Representado por 44.850 ações no valor de R\$ 2.529,42 (dois mil, quinhentos e vinte e nove reais e quarenta e dois centavos) cada, sendo 22.425 ações ordinárias e 22.425 ações preferenciais, totalmente integralizadas. Do total existente, 2.589 ações estão em tesouraria, sendo 649 ações ordinárias e 1.940 ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes garantido sobre o lucro de cada exercício social, o direito de perceber, em primeiro lugar, o dividendo mínimo de 8% (oito por cento) ao ano, cumulativo, bem assim de participar de quaisquer vantagens, bonificações ou dividendos suplementares que forem distribuídos às Ações Ordinárias. Foi proposto pela administração da empresa, o pagamento de dividendos (conforme regras definidas em Estatuto) no valor de R\$ 2.063.603,21 (dois milhões, sessenta e três mil, seiscentos e três reais e vinte e um centavos), conforme demonstrado no item B abaixo, a ser ratificado na próxima Assembleia de Acionistas.

b) DIVIDENDOS:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro Líquido do Exercício	15.515.814	10.745.721
Reserva Legal	<u>(775.791)</u>	<u>(537.286)</u>
Lucro Líquido Ajustado	<u>14.740.023</u>	<u>10.208.435</u>
6% Para as Ações Ordinárias	884.401	612.506
8% Para as Ações Preferenciais	1.179.202	816.675
<u>DIVIDENDOS PROPOSTOS</u>	<u>2.063.603</u>	<u>1.429.181</u>

c) RESERVA DE LUCROS:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Reserva Legal	6.571.789	6.034.503
Reserva Legal Constituída	775.791	537.286
Reserva Estatutária	12.676.420	8.779.254
(P/Aumento Capital em 04/2019)		
<u>SALDO</u>	<u>20.024.000</u>	<u>15.351.043</u>

NOTA 17 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita Operacional Líquida:		
Receita na Venda de Mercadorias	301.661.031	282.380.202
Receita na Venda de Serviços	14.206.297	12.769.766
Deduções de Vendas	(29.482.644)	(27.983.032)
Total	286.384.684	267.166.936

NOTA 18 - CUSTO DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custo das Mercadorias e Serviços		
Custo das Mercadorias Vendidas	249.551.122	238.245.792
Custo dos Serviços Vendidos	7.068.836	7.325.685
Total	256.619.958	245.571.477

NOTA 19 - DESPESAS COM VENDAS:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas com Vendas		
Despesas com Pessoal	10.970.291	9.347.968
Outras Despesas Operacionais de Venda	9.068.698	5.424.788
Total	20.038.989	14.772.756

NOTA 20 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas Administrativas		
Despesas com Pessoal	6.516.110	5.974.202
Remuneração dos Administradores	3.715.558	3.628.373
Despesas Gerais de Funcionamento	8.593.660	5.725.272
Total	18.825.328	15.327.847

NOTA 21 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Outras Receitas Operacionais		
Bonificações	17.535.322	15.856.581
Outras Receitas Operacionais	4.505.662	3.413.655
Total	22.040.984	19.270.236

NOTA 22 – RECEITAS FINANCEIRAS:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas Financeiras		
Rendimentos de Aplicações Financeiras	4.597.406	7.021.895
Outras Receitas Financeiras	6.454.274	266.736
Total	11.051.680	7.288.631

NOTA 23 – DESPESAS FINANCEIRAS:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas Financeiras		
Juros Passivos	336.612	100.966
Outras Despesas Financeiras	289.340	211.732
Total	625.952	312.698

NOTA 24 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS:

Remuneração dos administradores:

O montante global anual da remuneração dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 3.715.558, a qual é considerada benefício de curto prazo.

NOTA 25 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ÀS INFORMAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA:

Caixa pago durante o exercício referente a:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Juros	336.612	100.966
Imposto de Renda e C.Social	6.431.257	2.611.609

NOTA 26 – OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES:

As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito na data-base 31/12/2018.

NOTA 27 – OPERAÇÃO DESCONTINUADA:

A Companhia informa que nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018, não existem valores a declarar em decorrência de operação descontinuada.

NOTA 28 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO:

Os principais segmentos da Companhia são: Veículos Novos, Veículos Usados, Peças, Oficina e Pneus. As informações por segmento dessas unidades são apresentadas a seguir:

- receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia:

	2018		2017	
	Vr.	% s/total	Vr.	% s/total
Receita Líquida				
Veículos Novos	150.360.132	52,50	137.272.254	51,39
Veículos Usados	3.244.031	1,13	1.247.472	0,46
Peças e Oficina	110.690.624	38,66	105.842.877	39,62
Pneus	22.089.897	7,71	22.804.333	8,54
TOTAL	286.384.684	100,00	267.166.936	100,00

- lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia:

	2018		2017	
	Vr.	% s/total	Vr.	% s/total
Lucro / Prejuízo				
Veículos Novos	8.635.697	29,60	6.177.445	25,02
Veículos Usados	45.332	0,16	(488.823)	(1,98)
Peças e Oficina	18.558.479	63,62	16.920.002	68,53
Pneus	1.932.223	6,62	2.081.076	8,43
TOTAL	29.171.731	100,00	24.689.700	100,00

NOTA 29 – LUCRO POR AÇÃO:

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) e Deliberação CVM nº 636 – Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir informações sobre o lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido disponível para as ações ordinárias	7.757.907	5.372.861
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	22.425	22.425
Média ponderada das ações em tesouraria	(649)	(649)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	21.776	21.776
Lucro por ação - básico e diluído (R\$)	356,26	246,73

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido disponível para as ações preferenciais	7.757.907	5.372.861
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais	22.425	22.425
Média ponderada das ações em tesouraria	(1.940)	(1.940)
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais	20.485	20.485
Lucro por ação - básico e diluído (R\$)	378,71	262,28

Não houve transações envolvendo ações ordinárias e ações preferenciais entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações contábeis (31/12/2018).

NOTA 30 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Salários	11.743.683	10.395.416
Custo de Previdência Social	3.968.951	3.738.758
Assistência Médica, alimentação, transporte e outros benefícios	1.567.228	1.328.702

NOTA 31 – CONTINGÊNCIAS:

A Companhia possui processos administrativos e judiciais em andamento que, conforme avaliações de seus assessores jurídicos são considerados como de risco possível e remoto, não tendo sido, portanto, constituída nenhuma provisão nas demonstrações contábeis. Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Administração acredita que tais processos não produzirão efeito material adverso em sua condição financeira.

Segue composição dos valores e natureza dos processos considerados de risco possível em 31/12/2018:

Processos Cíveis - R\$ 1.770.506: estão relacionados, em sua maioria, a reclamações sobre defeitos em produtos e na prestação de serviços.

Processos Tributários – R\$ 11.047.094: envolvem demandas nas esferas Federal (Cofins) e Municipal (ISS).

Processos Trabalhistas – R\$ 1.364.821: referem-se, basicamente a pleitos das seguintes verbas: horas extras, férias, diferenças de comissões, adicional periculosidade e, consequente reflexos.

NOTA 32 – ANÁLISE DE SENSIBILIDADE:

Variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes de financiamentos da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI.

Em 31 de dezembro de 2018, foram estimados três cenários de aumento ou redução nas taxas de juros. A seguir está apresentada a exposição ao risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI.

Descrição	R\$
Caixa e Equivalentes de Caixa (vinculados ao CDI)	60.962.528
Fundo - Mercedes Benz (vinculado ao CDI)	39.973.187
Empréstimos - Swap	9.526.781
Exposição líquida vinculada ao CDI	91.408.934

Na operação “Empréstimos – Swap” a Companhia trocou o custo de taxa de juros linear e a variação da moeda estrangeira (dólar americano) pela variação do CDI pós-fixado, acrescido de 1,75% ao ano.

A análise de sensibilidade considera a exposição líquida de caixa e equivalentes de caixa, fundos e empréstimos, indexados à taxa CDI.

A tabela abaixo demonstra o valor da exposição líquida vinculada ao CDI, considerando 3 possíveis cenários, quais sejam: cenário provável, cenário II e cenário III:

Descrição	Exposição Líquida
Cenário provável	92.752.318
Cenário II	92.314.913
Cenário III	92.535.027

O cenário provável considera as taxas futuras de juros conforme cotações obtidas no Banco Itaú S/A (projeção área econômica), considerando as taxas projetadas para 31 de março de 2019. Os cenários II e III consideram uma redução das taxas de juros em 50% e 25%, respectivamente.

NOTA 33 – EVENTOS SUBSEQUENTES:

Da data de encerramento das demonstrações contábeis até a data de autorização para emissão (22 de fevereiro de 2019), não ocorreram quaisquer eventos que

pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira ou que necessitassem de divulgação.

NOTA 34 – APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

Em atendimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Minas Máquinas S/A, declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações contábeis, bem como, concordam com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, declaram, ainda, que todas as informações relevantes relacionadas às demonstrações contábeis, e apenas elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão.

Dessa forma, as demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 22 de fevereiro de 2019.

Contagem, 22 de fevereiro de 2019

MARIA BEATRIZ DE FARIA BORGES DA COSTA
Diretora Administrativa

RONALDO DE OLIVEIRA
Diretor Comercial

BRUNO SILVEIRA KROEBER VOLPINI
Diretor Financeiro e Diretor de Relações
com Investidores

MARIA APARECIDA MARTINS OLIVEIRA
Controller CRC/MG 057359 / O